

ATO DECLARATÓRIO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024

Processo Administrativo nº: 63000.000495/2024-72

Interessados: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Idoso – CEDI e o Lar Torres de Melo.

Objeto da Parceria: Execução do Projeto “Revitaliza Lar”.

Venho por meio deste ato declaratório de inexigibilidade de chamamento público apresentar abaixo as razões pelas quais entendo necessário e conveniente à Administração Pública proceder a parceria com a organização da sociedade civil **Lar Torres de Melo**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.344.393/0001-08, fundamentada no art. 31, caput, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e no art. 32, *caput*, do Decreto Estadual nº 32.810, de 28 de setembro de 2018.

RAZÕES DA PARCERIA

A parceria objetiva realizar o Projeto “Revitaliza Lar”, a ser executado com recursos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará – FEICE, cujo objetivo é reforma e padronização de 02 apartamentos da instituição.

A referida organização da sociedade civil foi certificada pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Idoso – CEDI através da Resolução nº 011/2019, publicada no Diário Oficial do dia 27 de dezembro de 2019, sendo autorizada a captar recursos para o Fundo a fim de executar o projeto em pauta.

Em razão disso, a OSC promoveu campanhas de sensibilização junto a pessoas físicas e jurídicas para destinação do imposto de renda, obtendo posteriormente autorização do CEDI para destinação de recursos do FEICE, através da Resolução nº 008/2024, publicada no Diário Oficial de 06 de junho de 2024, para execução do citado projeto.

Dessa forma, considerando a inviabilidade de competição, torna-se inexigível o chamamento público, nos termos do art. 31, caput, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e do art. 32, *caput*, do Decreto Estadual nº 32.810, de 28 de setembro de 2018.

Secretaria dos Direitos Humanos

Rua Valdetário Mota, 970 – Papicu • CEP: 60.175-742
Fortaleza / CE



DECIDO

Considerando o Processo Administrativo nº **63000.000495/2024-72** e em atenção às disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Estadual nº 32.810/2018, **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para formalização da parceria cujo objeto é a execução do Projeto “Revitaliza Lar”, sendo admitida a impugnação desta justificativa no prazo de 15 (quinze) dias a contar da sua publicação.

Fortaleza-CE, 14 de junho de 2024.

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO

Secretária dos Direitos Humanos
Governo do Estado do Ceará